

A distribuição espacial das atividades econômicas de Sergipe

Cid Olival Feitosa¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a distribuição espacial da produção sergipana entre 2000 e 2010. Faz um breve resgate histórico e identifica as áreas mais dinâmicas e estagnadas do estado, com base nos dados sobre produção e população, constantes das Contas Regionais e dos Censos Demográficos, ambos do IBGE. Conclui que a dinâmica espacial sergipana foi fortemente influenciada pelos investimentos do setor público, os quais contribuíram para a formação (e reconfiguração) das “centralidades” produtivas e urbanas do estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Economia sergipana. Desenvolvimento urbano.

Abstract: This paper intends to analyze the spatial distribution of Sergipe production between 2000 and 2010. Gives a brief historical review and identifies the most dynamic and most stagnant areas of the state, from data on production and population constant of the Regional Accounts and Censuses, both from IBGE. Concludes that the Sergipe spatial dynamics was strongly influenced by public sector investments, which contributed to the formation (and reconfiguration) of productive and urban “centrality” of the state.

Keywords: Regional development. Sergipe economics. Urban development.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: cidolival@yahoo.com.br

Introdução

Até a década de 1960, a economia sergipana apresentou as mesmas características da sua formação originária, muito próxima da conformação estrutural do complexo econômico nordestino, baseada na agroindústria açucareira, na pecuária extensiva e no segmento têxtil algodoeiro² (NASCIMENTO, 2001).

Somente com a implantação de políticas de incentivos fiscais e financeiros regionais (sistemas 34/18, Fundo de Investimentos do Nordeste-Finor e incentivos estaduais), e, posteriormente, com os investimentos associados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a economia sergipana ensaiou um processo de modernização das suas bases produtivas, iniciando um período de “integração produtiva” ao mercado nacional.

Porém, a estagnação da economia brasileira, na década de 1980, e a combinação da abertura comercial com a reestruturação produtiva dos anos 1990 impuseram novos condicionantes à dinâmica produtiva sergipana. Ficou evidente que os instrumentos e as políticas de desenvolvimento regional aplicados no passado, como os incentivos fiscais da Sudene ou os investimentos estatais dos governos federal e estadual, apresentavam sinais de esgotamento, com reduzida capacidade de impactar a realidade local.

A profunda reforma na ação do Estado e, como consequência, a ausência de uma política econômica nacional de desenvolvimento regional que promovesse o crescimento das regiões deprimidas desencadearam, nos anos 1990, uma verdadeira “guerra fiscal” entre estados e municípios. Nesse período, Sergipe implantou o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)³, visando estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de incentivos fiscais ao setor privado.

² Para uma análise mais detalhada acerca do período anterior a 1960, ver os trabalhos de Feitosa (2007), Nascimento (1994, 2001), Passos Subrinho (1987).

³ O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) foi criado em 1991 e tinha como objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico do estado por meio da concessão de incentivos financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a investimentos do setor privado. Para maiores detalhes, ver Ribeiro (2005), Feitosa (2007) e Matos (2009).

As evidências, porém, não confirmaram a trajetória esperada e o conjunto de benefícios e vantagens que o governo do estado ofereceu às empresas não traduziu resultados significativos como geração de emprego e renda para a população local. O que se observou foi a proeminência do setor de serviços na expansão do produto interno, com taxas de crescimento superiores às dos demais setores, impactando sobre a estrutura urbana sergipana.

A partir de 2004, no entanto, a economia brasileira mostrou alguns sinais de recuperação, capitaneada pela expansão do consumo, em decorrência da recomposição parcial do salário mínimo e aposentadorias, bem como das políticas sociais de transferência de renda e exportações de *commodities*, estimuladas pela elevação dos preços internacionais e pela expansão da demanda chinesa.

Nessa década, a economia de Sergipe apresentou taxas de crescimento superiores às dos demais estados do Nordeste, aumentando sua participação relativa no conjunto da economia regional. Com esses elementos, o presente artigo tem como objetivo analisar a distribuição espacial das atividades econômicas de Sergipe no período de 2000 a 2010, buscando identificar as áreas dinâmicas e as áreas estagnadas do estado. Para a consecução dos objetivos, serão utilizados dados referentes à produção e à população, constantes das Contas Regionais e dos Censos Demográficos, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções. Na segunda seção, faz-se um breve resgate histórico da economia sergipana, com análise do Produto Interno Bruto (PIB) setorial. Na seção três, procede-se à análise da distribuição espacial da produção entre as diversas microrregiões sergipanas visando identificar aquelas áreas que se destacam pela sua dinâmica produtiva e as que permanecem estagnadas ao longo da última década. Na seção quatro, apresenta-se a dinâmica urbana, buscando relacionar o crescimento populacional com a dinâmica produtiva do estado. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

Sergipe setorial: breve caracterização

A partir dos anos 1970, Sergipe passou a experimentar significativas transformações socioeconômicas e espaciais, com queda progressiva da agricultura, principal atividade do estado, e crescimento da participação do setor industrial na composição do PIB que, além de representar mudanças na sua especialização produtiva, implicou também alterações das feições urbanas.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, em 1960, a participação da indústria sergipana correspondia a 10,8% da produção estadual, ao passo que a agricultura contribuía com 42,8% e o setor de serviços perfazia 46,5% da produção total. Em decorrência das políticas de desenvolvimento regional, os investimentos realizados pelo setor privado, com apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, sobretudo, os empreendimentos estatais, como parte da estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), deram grande impulso à industrialização de Sergipe, passando o setor industrial a constituir-se no carro-chefe do seu crescimento. Com isso, em 1985, a economia sergipana apresentava uma participação industrial altamente elevada (67,8%), com redução à metade da participação do setor de serviços (24,0%) e queda vertiginosa do setor agropecuário, que atingiu a marca de 8,2%.

Tabela 1 – SERGIPE: Distribuição setorial do PIB (%) – 1960-2010

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1960	42,7	10,8	46,4	100
1970	21,3	25,6	53,0	100
1980	17,4	28,9	53,7	100
1985	8,2	67,8	24,0	100
1990	10,7	44,4	44,9	100
1995	11,3	34,5	54,2	100
2000	7,6	37,3	55,1	100
2005	4,4	33,3	62,3	100
2010	4,6	28,6	66,9	100

Fonte: Ipeadata (2013); IBGE (2013).

Deve-se ressaltar que a participação da indústria na composição setorial do PIB de Sergipe, em 1985, não quer dizer, necessariamente, que o estado era (altamente) industrializado, uma vez que tais indicadores deviam-se, em grande medida, à indústria extrativa (concentrada, sobretudo, nas atividades da Petrobrás e de outras empresas estatais de exploração mineral) e à construção civil que, juntas, totalizavam 30,2% do setor industrial do estado. A indústria de transformação, que também sofreu modificações nesse período, com a expansão da produção de bens intermediários e redução relativa dos bens de consumo não duráveis, era responsável por 36,8% da participação industrial no PIB sergipano, conforme dados das Contas Regionais do IBGE.

O crescimento industrial sergipano ocorreu de forma expressiva até meados da década de 1980. Com o estancamento dos investimentos públicos e privados, cessaram também a implantação, a ampliação e diversificação de complexos produtivos, ações que marcaram a expansão regional anterior. Daí em diante, o setor de serviços ganhou proeminência na expansão do produto interno, apresentando taxas de crescimento superiores às dos demais setores, a ponto de representar, em 2010, cerca de 70% do PIB estadual. A queda de participação no setor agrícola, por sua vez, indicou que a economia de Sergipe passou a apresentar uma estrutura produtiva com grande peso nas atividades urbanas, ainda que as atividades tipicamente rurais tivessem participação importante na ocupação de parcela (reduzida) da força de trabalho em determinadas áreas do território sergipano.

A agropecuária, que representava apenas 4,6% do PIB estadual em 2010, tinha como principais culturas a cana-de-açúcar e o milho, que representavam 68,2% e 17,1%, respectivamente, da produção das lavouras temporárias do estado. Entre as lavouras permanentes destacavam-se a laranja (65,9%) e o coco da baía (20,7%) como principais culturas.

Ao longo da década de 1990, o movimento no setor terciário foi mais intenso nas atividades de administração pública, incluindo previdência social, comércio, atividades de intermediação financeira (bancárias, seguros, crediários etc.) e serviços prestados às empresas. Grande parte do crescimento deste último está associada ao processo de terceirização das atividades do setor secundário e às atividades da área social com encargo do setor privado, como saúde e educação (CEPLAN, 2005).

Desse modo, o aumento da participação do setor terciário na economia sergipana refletiu, de um lado, a perda de dinamismo do setor industrial, a exemplo do que ocorreu com outras unidades da federação brasileira e, de outro, as novas tendências da terceirização das atividades produtivas, tornando ainda mais complexa a classificação dos ramos inerentes a esse setor. Vale lembrar que as atividades do setor terciário localizaram-se predominantemente em Aracaju e no seu entorno, não só pela concentração da estrutura fundiária do estado, como também por ser a área sergipana a que apresentava maior nível de urbanização e, por consequência, melhores serviços especializados nos setores de educação, saúde, finanças, comunicação etc.

Diante desses elementos, observa-se que a taxa de crescimento da economia sergipana, que havia sido de 9,1% na década de 1970, desacelerou para 5,6% na década de 1980 e para 0,7% na década de 1990, voltando a se recuperar no período recente, com crescimento de aproximadamente 5% nos anos 2000.

A retomada do crescimento da economia sergipana nos anos 2000 foi superior àquela verificada nas economias brasileira e nordestina. No que diz respeito ao setor industrial, essa recuperação foi impulsionada quase exclusivamente pela expansão das atividades de produção e distribuição de eletricidade e gás, limpeza e esgoto urbano, decorrentes, em grande medida, das atividades da Usina Hidrelétrica de Xingó. A indústria extrativa também apresentou desempenho satisfatório, indicando a retomada das atividades petrolíferas e de extração de outros minérios no estado. A indústria da construção civil, embora tenha apresentado crescimento absoluto das suas atividades, em virtude da expansão do crédito imobiliário e das obras de infraestrutura do governo federal, praticamente não alterou sua participação relativa no PIB sergipano. Já a indústria de transformação permaneceu perdendo posição ao longo dos anos. Tal fato indica que, na ausência dos investimentos estatais, o setor privado, ainda que estimulado pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), não ampliou de maneira satisfatória os investimentos no estado.

Desse modo, observa-se que, nessa nova fase da indústria sergipana, o estado ainda continua altamente dependente do setor

público, seja da “tradicional” indústria extrativa, seja da recente indústria de produção e distribuição de eletricidade e gás, limpeza e esgoto urbano. Exemplo disso está no fato de que, apesar do crescimento recente desses dois ramos industriais, a queda da indústria de transformação promoveu a redução da participação do setor no conjunto do PIB, fazendo com que os serviços, principalmente aqueles vinculados à Administração Pública, comandassem o processo de geração de riqueza em Sergipe.

Análise da dinâmica espacial da economia sergipana

Para entender como se distribui espacialmente a economia sergipana, quais municípios e regiões são mais dinâmicos ou estão mais estagnados, utilizaremos como principal indicador das atividades econômicas a análise do PIB municipal, assim como a sua composição setorial.

No que concerne à distribuição espacial do PIB sergipano, evidenciou-se que, embora apresente queda de participação ao longo dos anos, a microrregião de Aracaju concentra cerca de 50% do PIB total (Tabela 2). Integram esse território os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, os quais formam um importante centro urbano para Sergipe, respondendo por 31,7% das atividades industriais e 53,5% dos serviços do estado.

Tabela 2 – SERGIPE: Participação relativa do PIB nas Microrregiões do estado – 1996-2010

Microrregião	1996	2000	2010
Aracaju	67,0	52,3	47,2
Sergipana do Sertão do São Francisco	4,3	4,3	9,2
Baixo Cotinguiba	6,3	6,6	8,9
Estância	4,2	9,3	6,9
Agreste de Itabaiana	3,5	5,3	5,1
Boquim	2,7	4,1	3,7
Agreste de Lagarto	3,2	4,3	3,3
Tobias Barreto	1,9	3,1	2,9
Propriá	2,2	3,2	2,8
Carira	1,3	2,2	2,8
Japarutuba	1,3	2,3	2,7
Cotinguiba	0,8	1,4	2,6
Nossa Senhora das Dores	1,2	1,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipeadata (2013); IBGE (2013).

A queda de participação relativa da microrregião de Aracaju indica dois movimentos complementares. De um lado, a retomada da expansão do setor industrial (ainda que restrito) em outras regiões do estado, sinalizando a interiorização do crescimento econômico de Sergipe. De outro, e em função do primeiro, o crescimento da urbanização e dos serviços (comércio e transportes, principalmente) nessas novas localidades, ainda que marcados pela baixa inclusão econômica e social.

A microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, segunda região mais importante, com 10% do PIB estadual, apresenta uma estrutura diversificada e crescimento recente, 12,5% no período 2000-2009. Com o início das operações da Usina Hidrelétrica de Xingó, em 2001, houve expansão da participação industrial decorrente da produção e distribuição de energia, ao mesmo tempo em que se verificou o incremento dos serviços. Essa área abriga a maior produção agropecuária do estado, com a presença de culturas como milho, feijão e mandioca, além de 21,2% do rebanho bovino, 39,3% de caprino e 58,9% de todo o leite produzido, em 2010 (IBGE, 2010).

As atividades extrativas de Sergipe estão localizadas, em grande medida, na microrregião do Baixo Cotinguiba, que responde por 20% das atividades industriais do estado. Nessa microrregião, localizam-se municípios importantes, como Laranjeiras, maior produtor de cimento da região Nordeste, Carmópolis, tradicional área de extração de petróleo e gás natural do estado, e Rosário do Catete, com a única mina de extração de potássio do Brasil e produção de fertilizantes. Além das atividades industriais, a microrregião do Baixo Cotinguiba também se destaca pela tradicional produção de açúcar.

Entre as áreas dinâmicas do estado merece destaque, ainda, a microrregião de Estância. À exceção da microrregião de Aracaju, Estância concentra a maior diversificação industrial de Sergipe, com importantes empresas nos segmentos de produção de alimentos, destaque na agroindústria citrícola e em produtos têxteis, bebidas, calçados, químicas e produtos metalúrgicos. Possui a quarta maior produção industrial do

estado (9,3%), a terceira maior produção agropecuária (10,2%) e a quarta maior produção de serviços (5,1%).

No que diz respeito às regiões estagnadas, observa-se que estão dispersas pelo território sergipano, mas possuem em comum o fato de serem produtoras dos tradicionais artigos do complexo econômico nordestino, a saber, açúcar, pecuária e têxteis, além da agricultura de subsistência.

A microrregião de Nossa Senhora das Dores, que apresenta o menor PIB estadual, localiza-se na mesorregião do Agreste Sergipano. Seus municípios estão vinculados à criação de gado e à cultura do algodão, fazendo com que a agropecuária seja a sua atividade mais importante no contexto estadual. Quando se analisa a distribuição setorial do PIB, observa-se que os serviços respondem por 73%, a agropecuária por 15% e a indústria por 12%, revelando o baixo dinamismo econômico da microrregião.

A microrregião do Cotinguiba, na mesorregião do Leste Sergipano, tem na atividade açucareira a sua principal fonte de geração de riqueza. Ocupa a quinta posição no PIB do setor secundário, mas sua agricultura, à exceção da cana, é pouco dinâmica e os serviços estão vinculados à Administração Pública. Setorialmente, a indústria responde por 51% do PIB da microrregião, os serviços, 41% e a agropecuária apenas 8%.

A análise do PIB municipal permite identificar a polarização econômica que alguns municípios exercem no conjunto do território estadual. Aracaju, capital do estado, lidera o *ranking* com 36,6% do PIB sergipano, em 2010 (Tabela 3).

Tabela 3 – SERGIPE: PIB por município: 2000-2010

Município	Microrregião Estadual	Produto Interno Bruto (PIB)			
		Posição	2000	%	Posição
PIB mais alto					
Aracaju	Aracaju	1°	2.834.391	43,3	1°
Nossa Sra. do Socorro	Aracaju	3°	374.423	5,7	2°
Canindé de S. Francisco	Sergipana do Sertão de S. Francisco	11°	77.788	1,2	3°
Estância	Estância	2°	491.563	7,5	4°
Laranjeiras	Baixo Cotínguiba	5°	220.911	3,4	5°
PIB mais baixo					
Pedra Mole	Carira	72°	4.922	0,1	71°
São Francisco	Japarutuba	73°	4.855	0,1	72°
Telha	Propriá	71°	5.545	0,1	73°
General Maynard	Baixo Cotínguiba	74°	4.792	0,1	74°
Amparo de S. Francisco	Propriá	75°	4.058	0,1	75°

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2013).

Com uma participação de 83,3% da riqueza proveniente do setor de serviços, a capital segue uma forte tendência de especialização nesse setor e apresenta elevado dinamismo urbano, polarizando praticamente todas as regiões do estado. A indústria representa 16,6% do PIB municipal e está ligada às atividades de transformação, como têxteis, alimentos, bebidas etc. Nossa Senhora do Socorro, que integra a microrregião de Aracaju, aparece em segundo lugar no *ranking*. Esse município tinha no setor terciário aquele que mais valor agregava à formação do seu PIB. Além de abrigar a segunda maior população de Sergipe, possui um importante distrito industrial, que sedia indústrias de alimentos, malharias, artefatos de cimento, renovadoras de pneus, fábricas de velas, de leite de coco, gesso, entre outras. Beneficia-se da proximidade da capital do estado, usufruindo dos serviços especializados, mas também absorve grandes contingentes populacionais que não conseguiram inserção em Aracaju ou dela foram expulsos. Isso agrava os problemas sociais urbanos de moradia, violência, transporte, saneamento, degradação ambiental etc.

Canindé do São Francisco é um exemplo de crescimento econômico capitaneado pelo setor público. Em 2000, ocupava o décimo primeiro lugar na geração de riqueza do Estado. Em 2010, tinha o segundo PIB mais alto do setor secundário de Sergipe. Sua relevância econômica foi resultante das dinâmicas ocasionadas pelas atividades de geração e distribuição de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Xingó, uma das cinco maiores do Brasil. O crescimento do setor industrial impulsionou os serviços de Administração Pública, que representavam, em 2009, 66% de todo o terciário do município. No que diz respeito ao setor agropecuário, o município ainda abriga o décimo maior efetivo bovino, com 31.700 cabeças, e 16,9% do total de caprinos do estado.

O município de Estância, localizado na região sul do estado, é um dos principais polos industriais de Sergipe. Foi um dos maiores “beneficiados” com as concessões de incentivos fiscais e atração de investimentos após a implantação do PSDI. Destaca-se pela produção de bens de consumo e produção e exportação citrícola. Laranjeiras, distante apenas 20 km de Aracaju, apresenta uma participação elevada

do setor industrial na composição do seu PIB (48,2%). Possui fábricas de cimento, fertilizantes, têxtil, usina açucareira, além da exploração de calcários e da produção de cana de açúcar, 12,1% de toda a produção do estado, em 2010.

No que diz respeito aos municípios que apresentaram o PIB mais baixo, Amparo do São Francisco e General Maynard tiveram uma participação do setor terciário igual ou superior a 80% ao longo dos anos, indicando a dependência da administração, saúde e educação públicas, os grandes empregadores desses municípios. Os demais (Telha, São Francisco e Pedra Mole) apresentaram participação do setor terciário próxima de 75%, submetendo-se à mesma lógica. No entanto, registraram participação próxima de 15% para o setor agropecuário, ainda que não tenham expressão no cenário estadual.

Por fim, cabe registrar que as cinco primeiras posições no ranking de 2010 concentravam cerca de 60% do PIB sergipano, enquanto os cinco menores representaram apenas 0,5% do PIB estadual.

Análise da dinâmica urbana de Sergipe

Até a década de 1960, a urbanização de Sergipe desenvolveu-se mediante as atividades nitidamente terciárias, sem uma participação crescente (ou importante) do setor industrial, apresentando uma tendência à hipertrofia e à proliferação de serviços públicos, dada a necessidade de geração de emprego e renda (LOUREIRO, 1983).

Com o desenvolvimento das atividades da Petrobrás no estado, em 1963, o setor industrial passou a ganhar dinamismo, induzindo outros setores econômicos, por meio da expansão do movimento comercial, da contratação de serviços técnicos especializados, do estímulo à instalação de diversas empresas prestadoras de serviços e, principalmente, do crescimento dos setores urbanos.

Em consonância com a política de industrialização que se desenvolvia no âmbito nacional e regional, o governo de Sergipe projetou uma série de políticas públicas que, juntamente com uma reestruturação urbana, visava dar suporte às atividades econômicas do estado. Entre elas,

destacam-se a implantação do Distrito Industrial de Aracaju (DIA), com a realização de investimentos diretos em infraestrutura, a melhoria do sistema viário e a criação da Companhia Nacional de Habitação Popular (COHAB-SE), iniciando a construção de conjuntos habitacionais que buscavam suprir a crescente demanda por habitação.

O crescimento do setor industrial, localizado basicamente em Aracaju e adjacências, desencadeou um forte efeito expectativa na população interiorana, aumentando o fluxo migratório e reforçando a centralidade urbana da capital sergipana. Ademais, os movimentos migratórios contribuíram para que a parcela da população do estado que vivia em áreas rurais caísse significativamente, de modo que, em 1980, 54,2% da população sergipana já residiam em áreas urbanas.

A população migrante, por não conseguir se enquadrar no espaço urbano da capital, dado o alto preço dos imóveis, aluguéis e terrenos, foi “expulsa” para a periferia da cidade, fixando residência nos municípios limítrofes e/ou nos conjuntos habitacionais próximos, em áreas que, pela distância e carência de equipamentos e serviços urbanos, tiveram valorização relativamente menor e, portanto, onde o custo monetário da habitação era mais baixo (MACHADO, 1990). Ao mesmo tempo em que se alastrava a mancha urbana da capital, ultrapassando seus limites municipais, áreas subutilizadas e rarefeitas eram resguardadas no interior do próprio tecido urbano, especulativamente (LOUREIRO, 1983).

Enquanto o crescimento econômico manteve-se acelerado, houve a criação de uma nova classe média urbana, embora grandes contingentes populacionais fossem mantidos sem acesso a direitos sociais e civis básicos. Quando sobreveio a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, na década de 1980, em que as taxas de crescimento demográfico foram superiores às do PIB, ampliaram-se as desigualdades sociais, expressas no aumento da pobreza urbana (MARICATO, 2001).

Com isso, observou-se um crescimento vertiginoso das áreas contíguas a Aracaju, onde o mercado especulativo ainda não havia alterado incisivamente o valor do solo. Formaram-se uma aglomeração urbana e um processo de “periferização” da população, com importantes

modificações no processo de urbanização, o que fez surgir a conurbação e as cidades-dormitório.

À medida que se intensificaram os movimentos pendulares⁴ e o processo de conurbação tornou-se mais expressivo, com o intuito de ordenar a ocupação e uso do solo, o governo do estado criou a Região da Grande Aracaju (RGA), em função da interação da capital com os municípios do seu entorno. A RGA era considerada área de interesse especial e alvo de programas e projetos nas áreas de esporte e lazer, transporte urbano e no controle do parcelamento e uso do solo.

Na segunda metade da década de 1990, a Região da Grande Aracaju foi redefinida pelo governo do estado, que criou, mediante a Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, a Região Metropolitana de Aracaju (RMA), composta pelos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro. Deve-se ressaltar, porém, que a RMA provém de uma decisão do Executivo Estadual, aprovado pela Assembleia Legislativa, mas ainda não figura enquanto convenção na literatura especializada. Os estudos sobre urbanização e metropolização normalmente tratam Aracaju como uma região urbana não metropolitana.⁵

Não obstante não apresentar uma região metropolitana, os anos 1990 assinalaram uma nova dinâmica no desenvolvimento urbano de Sergipe. Semelhante ao processo de metropolização verificado em outros municípios brasileiros, não foi mais a cidade central que apresentou as maiores taxas de crescimento, mas suas áreas periféricas. Assim, se nas décadas de 1960 e 1970 Aracaju era o município que apresentava a maior taxa de crescimento anual (4,7% e 4,8%, respectivamente), o dobro da média estadual e nordestina, nas décadas seguintes, verificou-se uma inflexão no crescimento de Aracaju e um aumento explosivo da população dos municípios contíguos à capital, com destaque para Nossa Senhora do Socorro que, entre 1980 e 1991, apresentou crescimento anual da ordem de 15,6%.

⁴ Em Aracaju reside um grande número de famílias cujos chefes trabalham em atividades industriais em outros municípios como Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Carmópolis, Rosário do Catete, Siriri, Japarutuba, apresentando movimentos pendulares ao inverso (FRANÇA, 1999).

⁵ Para uma discussão mais aprofundada, ver IBGE, IPEA e UNICAMP (2001), Feitosa (2007).

Essa tendência prosseguiu na década seguinte. A taxa de crescimento anual da população de Aracaju entre 1991 e 2000 foi de 1,5%, abaixo dos municípios que compõem a sua microrregião. No mesmo período, Nossa Senhora do Socorro cresceu 7,7%, Barra dos Coqueiros, 3,8%, e São Cristóvão, 3,5%, corroborando a afirmação anterior de que os municípios do entorno da capital tornaram-se os grandes receptores da população em Sergipe.

O Censo Demográfico de 2010, no entanto, apontou mudanças na distribuição da população sergipana. Entre 2000 e 2010, Aracaju voltou a apresentar taxas de crescimento (2,2%) superiores às de Nossa Senhora do Socorro (2%) e São Cristóvão (2%). Uma das explicações pode estar na maior oferta de crédito ao setor imobiliário, que possibilitou a ocupação e a urbanização, principalmente por meio de conjuntos habitacionais, de várias áreas que se mantinham ociosas no tecido urbano da capital sergipana.

Em 2010, Barra dos Coqueiros apresentou uma das maiores taxas de crescimento do estado, 3,4%, e passou a experimentar uma expansão urbana análoga àquela verificada naqueles dois municípios em momentos pretéritos. Com a construção da ponte que liga a capital sergipana ao porto de Sergipe, localizado neste município, bem como as facilidades de acesso rodoviário ao litoral norte do estado, Barra dos Coqueiros passou a receber obras de infraestrutura e urbanização, incluindo uma série de conjuntos habitacionais que contribuíram para a elevação da especulação imobiliária.

Dados esses elementos, observa-se que a microrregião de Aracaju concentrava, em 2010, cerca de 40% da população sergipana. Possuía a maior taxa de urbanização do estado, 97,5%, e apresentava níveis de ocupação e rendimentos superiores aos demais municípios, o que a transformava em polo de atração populacional. Foi a única microrregião sergipana que apresentou aumento de participação relativa ao longo dos anos e taxa de crescimento anual de 2,4% entre 1991 e 2010, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 – SERGIPE: População das Microrregiões do Estado - 1991-2010

Microrregião	1991	%	2000	%	2010	%
Aracaju	530.200	35,5	675.667	37,9	835.816	40,4
Agreste de Itabaiana	120.734	8,1	144.113	8,1	160.288	7,8
Sergipana do Sertão S. Francisco	113.063	7,6	135.061	7,6	156.182	7,6
Boquim	125.203	8,4	142.531	8,0	155.327	7,5
Estância	95.674	6,4	111.584	6,3	123.628	6,0
Agreste de Lagarto	89.136	6,0	102.536	5,7	114.247	5,5
Tobias Barreto	87.439	5,9	99.958	5,6	108.725	5,3
Propriá	78.077	5,2	87.682	4,9	91.144	4,4
Baixo Cotinguiba	66.371	4,4	76.875	4,3	89.663	4,3
Carira	54.886	3,7	61.335	3,4	68.509	3,3
Nossa Senhora das Dores	51.570	3,5	57.941	3,2	62.947	3,0
Japarutuba	42.113	2,8	48.899	2,7	54.701	2,6
Cotinguiba	37.410	2,5	40.293	2,3	46.840	2,3
SERGIPE	1.491.876	100	1.784.475	100	2.068.017	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2013).

As microrregiões Agreste de Itabaiana, Sergipana do Sertão de São Francisco e Boquim possuíam população entre 155 mil e 160 mil habitantes, em 2010. A microrregião do Contiguiba, por sua vez, era a única que possuía população inferior a 50 mil habitantes. Com 67,7% da população residindo em áreas urbanas, a microrregião Agreste de Itabaiana concentrava uma série de atividades comerciais e serviços. Entre 1991 e 2010, apresentou taxa de crescimento anual da população urbana de 2,8% e da população rural de -0,2%. Já a microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, apesar de figurar como a terceira maior população do estado, possuía grande contingente de pessoas residindo em áreas rurais (52,6%). O maior dinamismo econômico dos últimos anos atraiu uma série de migrantes para essa microrregião, que apresentou crescimento da população urbana da ordem de 2,7% (uma das maiores do estado), ao mesmo tempo em que a população rural cresceu 0,9%. A microrregião do Contiguiba, cuja população era a menor do estado, também apresentou um número elevado de pessoas vivendo em áreas rurais (42%). Além disso, foi uma das regiões com menor participação no PIB estadual.

Vale ressaltar que os cinco municípios com maior concentração de pessoas representavam 48% do total do estado, em 2010 (Tabela 5). Desse grupo, Aracaju participava com 27,6%, demonstrando uma concentração muito acentuada, cerca de 3,5 vezes maior em relação ao segundo município e quase 7,5 vezes maior que o quinto colocado.

Tabela 5 – SERGIPE: Concentração de pessoas por município: 2000-2010

Município	Microrregião Estadual	População Residente					
		Posição	2000	%	Posição	2010	%
Municípios com maior concentração de pessoas							
Aracaju Nossa	Aracaju	1º	461.534	25,9	1º	571.149	27,6
Senhora do Socorro	Aracaju	2º	131.679	7,4	2º	160.827	7,8
Lagarto	Agreste de Lagarto	3º	83.334	4,7	3º	94.861	4,6
Itabaiana	Agreste de Itabaiana	4º	76.813	4,3	4º	86.967	4,2
São Cristóvão	Aracaju	5º	64.647	3,6	5º	78.864	3,8
Municípios com menor concentração de pessoas							
São Francisco	Japarutuba	73º	2.532	0,1	71º	3.393	0,2
Pedra Mole	Carira	72º	2.630	0,1	72º	2.974	0,1
Telha General	Propriá Baixo	71º	2.638	0,1	73º	2.957	0,1
Maynard	Cotinguiba	74º	2.400	0,1	74º	2.929	0,1
Amparo de S. Francisco	Propriá	75º	2.182	0,1	75º	2.275	0,1

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2013).

Feitosa (2007) e Matos (2009) apresentaram alguns elementos que explicam a centralidade exercida por Aracaju sobre o território sergipano e municípios circunvizinhos dos estados da Bahia e Alagoas. Entre eles, podemos citar: maior oferta de bens e serviços; ampliação da malha rodoviária e urbana de acesso à capital; maior oferta de postos de trabalho e a exiguidade do território sergipano, uma vez que a maior distância a ser percorrida entre a capital e o mais longínquo município sergipano é pouco mais de 200 km.

Os municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, conforme mencionado, beneficiaram-se da proximidade de Aracaju, servindo como cidades-dormitório. Desde os anos 1980, foram alvo de uma série de conjuntos habitacionais que contribuíram para o seu crescimento urbano e populacional.

Um caso que merece atenção é o do município de Lagarto, terceiro colocado no *ranking*. Como destacou Matos (2009), apesar de sua estrutura econômica diversificada, o predomínio das atividades rurais ainda exercia forte influência, com mais de 48,5% de sua população residindo no campo, em 2010. Já Itabaiana, que apresentou uma taxa de urbanização de 78%, em 2010, destacou-se pela terceira maior oferta de serviços do estado, o que lhe rendeu, em 2006, a instalação de um campus da Universidade Federal de Sergipe.

Os municípios que apresentaram uma menor concentração de pessoas do estado, embora não registrassem taxas de crescimento negativas, não possuíam dinâmica econômica capaz de atrair migrantes. Suas atividades estavam vinculadas aos serviços públicos e à agropecuária, principalmente de subsistência. Ressalta-se que foram exatamente esses municípios que apresentaram o PIB mais baixo de Sergipe.

Considerações finais

A análise das regiões dinâmicas e estagnadas do estado de Sergipe reuniu elementos que caracterizam as mudanças sobre os processos espaciais, orientados principalmente pelas forças atrativas das atividades econômicas. As variáveis utilizadas permitiram identificar as áreas que se destacaram em termos de concentração produtiva e se caracterizaram enquanto polos econômicos de atração para novos investimentos e fluxos migratórios.

O estudo revelou que a dinâmica espacial sergipana foi, ao longo dos anos, fortemente influenciada pelos investimentos do setor público, os quais contribuíram para a formação (e reconfiguração) das “centralidades” produtivas e urbanas do estado. Os municípios que apresentaram expansão do PIB foram, direta ou indiretamente, beneficiados com investimentos e/ou políticas públicas.

Com uma agricultura bastante débil e uma indústria incapaz de atender às necessidades de geração de emprego e renda para a população estadual, o setor de serviços tem adquirido importância significativa nesse quesito, ao mesmo tempo em que promove um avanço da urbanização do estado. Entre as atividades industriais, a extração de petróleo e gás e a produção de energia elétrica destacam-se na geração de riqueza. Contudo, a pequena dimensão do território sergipano faz com que haja uma maior concentração de pessoas em poucos municípios, notadamente na capital, Aracaju.

Em função disso, verificou-se que, em termos demográficos, não houve modificações nos principais centros urbanos de Sergipe. Os cinco municípios com maior reunião de pessoas apresentaram posição consolidada entre 2000 e 2010. O destaque foi para Aracaju, que manteve o mesmo *status* ao longo de toda a história de Sergipe, com ampla superioridade socioeconômica, demográfica e funcional em relação aos demais municípios do estado.

Referências

CONSULTORIA ECONÔMICA E PLANEJAMENTO (CEPLAN). *Sergipe: desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais – 1970-2004*. Recife, 2005. Mimeografado.

FEITOSA, Cid Olival. *As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – IE-UNICAMP, Campinas, 2007.

FRANÇA, Vera Lúcia A. *Aracaju: estado e metropolização*. Aracaju: UFS, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IPEA. UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos Demográficos, 1991, 2000, 2010*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

_____. *Contas Regionais do Brasil, 1995-2010*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

_____. *PPM – Produção Pecúária Municipal*. Rio de Janeiro, 2010.

IPEADATA. *Contas Nacionais*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. *A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir*. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas (INEP), 1983.

MACHADO, Anselmo Belém. *Grande Aracaju: processo de uma metropolização emergente*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFS, Aracaju, 1990.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATOS, Elmer Nascimento. *A dinâmica urbana e a inserção na economia regional: o caso de Aracaju (1970-2005)*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – IE-UNICAMP, Campinas, 2009.

NASCIMENTO, Antônio José. *A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)*. 1994. 200 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – IE/UNICAMP, Campinas, 1994.

_____. O “Crash” de 29 e a economia sergipana. In: SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (Org.). *Economia regional & outros ensaios*. Aracaju: Editora da UFS, 2001.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

RIBEIRO, Ulisses Pereira. *Política industrial e desenvolvimento regional: o caso de Sergipe no período 1995 a 2002*. 2005. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFS, São Cristóvão, 2005.

Recebido em: junho de 2013

Aprovado em: outubro de 2013